

REFLEXÕES ACERCA DA PARTICIPAÇÃO INFANTIL NO PERÍODO PÓS- PANDEMIA¹

Marcelo Lehmkuhl², Sandra Mara de Cunha³

¹ Vinculado ao projeto “Crianças na aula de música: participação infantil na educação musical escolar”

² Acadêmico do Curso de Licenciatura em Música – CEART – Bolsista PROBIC

³ Orientadora, Departamento de Música – CEART – mei.grupodepesquisa@gmail.com

Este estudo tem como temática a participação infantil nas aulas de estagiários da Licenciatura em Música da UDESC, com o objetivo de refletir sobre o impacto do período pós-pandemia na qualidade das relações sociais das crianças e de seu engajamento nessas aulas, no contexto de escolas públicas de educação básica na cidade de Florianópolis.

Para situarmos a noção de participação infantil, apoiamos-nos em bases teóricas consolidadas dos estudos da sociologia da infância. Autores como Hart (1992), que pontua que a participação infantil é um direito das crianças de se expressarem, assim como Castro (2010), que pensa a participação como prática de uma cidadania voltada para o coletivo e para o desenvolvimento de uma sociedade democrática, a qual permite a todos o direito de se engajar e de se responsabilizar por sua construção. Mello e Concencio (2021) também trazem apontamentos importantes, como o de que as crianças são porta-vozes de um novo conjunto humano que está se formando e, por isso, afirmam a necessidade da escuta nas relações professores-crianças, ponto central na promoção da participação.

Quando afirmamos que enquanto adultos, precisamos nos debruçar para entender o impacto que a pandemia trouxe nas relações sociais das crianças, sendo a participação o nosso foco, pudemos fazê-lo por meio da análise de relatórios de estágios do curso de Licenciatura em Música da UDESC, desenvolvidos em escolas públicas de educação básica. Esses estudantes passaram pelo processo de reflexão sobre a participação infantil nas aulas da disciplina Estágio Curricular Supervisionado e, ao incorporarem esse conhecimento, buscaram desenvolver tanto um olhar observador para a participação infantil em suas aulas, como escrever sobre essas reflexões e ações em seus relatórios.

Para tanto, a pesquisa adotou a análise documental como metodologia, que é aquela caracterizada pelo estudo de dados ainda não tratados, como é o caso de relatórios de estágios supervisionados (Kripka, Scheller, Bonotto, 2015). Nesta análise pudemos fazer uma comparação sobre relatos dos estagiários sobre as interações das crianças e sua participação nas aulas após a pandemia (2022) com o tempo da pandemia (2020-2021), objeto de pesquisa anterior (Cunha, Lehmkuhl, Lima, 2021).

Considerando isto, inicialmente voltamos nossas reflexões para a pandemia, responsável por escancarar o quanto as crianças não estavam sendo ouvidas enquanto enunciadoras de uma perspectiva diferente sobre os acontecimentos neste período. Devido às situações de saúde pública, foi necessário suspender as aulas presenciais nas escolas como medida de segurança, e as crianças passaram a ter aulas remotas pela *internet*. Lima (2020) aponta que, do ponto de vista das crianças, o ensino remoto não se adequou como uma extensão do processo de aprendizagem,

porque elas entendiam as aulas *online* como uma forma diferente de educação na qual se sentiam cerceadas para agir e se relacionar.

O período pós-pandêmico referiu-se aos dois semestres letivos de 2022, sendo 18 o número de relatórios coletados, os quais foram elaborados por 25 estagiários, sozinhos ou em duplas. Após a leitura e fichamento dos relatórios, colocamos os dados mais importantes em uma tabela para destacar características contrastantes e tecer reflexões apoiados nos autores supracitados.

Com a tabela, foi possível analisar o que cada estágio tinha em comum, as relação entre as formas de participação com o contexto nos quais os estagiários estavam inseridos, relacionando-a com os níveis de participação propostos por Landsdown (2010). A autora propõe pensá-los desse modo: participação consultiva - na qual as crianças até podem ser consultadas, mas são os adultos que tomam as decisões e as informam a elas; participação colaborativa, que envolve a parceria entre adultos e crianças em percursos nos quais elas têm papel ativo e influente e; participação conduzida por crianças, que refere-se a processos iniciados e desenvolvidos por crianças, nos quais adultos atuam como mediadores, oferecendo-lhes informações qualificadas e apoio para tomarem as decisões necessárias.

No período da pandemia, a participação foi bastante limitada, dado que as aulas dos estagiários aconteceram de modo emergencial remoto e, portanto, as condições materiais como disponibilidade de equipamento, conexão de internet e fones de ouvido eram bem desniveladas, o que tornava difícil que as crianças participassem da aula, além da inibição com o meio remoto. Alguns pontos em comum foram aulas nas quais nenhum aluno ligava as câmeras ou falava, apenas digitavam respostas a questões lançadas pelos professores, quando o faziam.

No período pós-pandemia, foi possível verificar que quando as aulas voltaram a ser presenciais, as crianças ainda tinham que usar máscaras e manter um certo distanciamento, o que continuou afetando suas relações sociais e a maneira de interagirem umas com as outras e com os(as) professores(as). Elas tinham dificuldades de perceber expressões, entonações e de conversar, entre outras questões como dificuldades emocionais e psíquicas. Muitas aulas eram expositivas e as crianças ainda viam filmes e vídeos em sala de aula, ao invés de retornar para aulas mais práticas, embora estivessem sugerindo outras formas de fazer a aula, que ainda têm sido ignoradas pelos professores. A única diferenciação se deu na etapa da educação infantil, na qual as professoras têm maior compreensão das crianças como sujeitos de direitos e demonstram maior abertura para que as crianças possam mudar o rumo de uma aula, que tenham espaço para sugerir atividades e interpretações, participando de modo mais efetivo nesse contexto educativo.

Como conclusão, percebemos que ainda há um desalinhamento entre as perspectivas dos professores e as das crianças, visto o pouco conhecimento por parte dos adultos de que as crianças são sujeitos de direitos. Através dos níveis de participação propostos por Lansdown (2010), concluímos que os espaços ainda estão no primeiro nível de participação, e em alguns lugares, até mesmo como pré-participação. Mediante estas circunstâncias, vemos quais são as ações que podemos tomar para construir coletivamente uma educação musical que considere o direito das crianças de participar e serem consideradas cidadãs.

Palavras-chave: Educação musical. Estágio Curricular Supervisionado. Participação.